



Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

Região Metropolitana de Goiânia

Nerópolis

Amostra:

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 380 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,12%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025
RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Nerópolis, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública. Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a alocação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população.

A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

3. Delimitação espacial da pesquisa:

Esta pesquisa foi realizada no município de Nerópolis

4. Faixa etária:

- 4.1 De 16 a 34 anos;
- 4.2 De 35 a 59 anos;
- 4.3 Acima de 60 anos.

5. Coleta de Dados:

- 5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;
- 5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;
- 5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;
- 5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

6. Contratante:

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

7. Responsabilidade técnica:

SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

8. Análise dos serviços públicos

8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	71,84%	33,68%	37,63%	0,53%	29,21%	28,68%	13,95%	20,53%	41,84%	9,47%
Não opina	17,63%	7,37%	10,26%	0,00%	3,16%	8,68%	5,79%	6,05%	9,47%	2,11%
Considero que não	10,53%	6,05%	4,47%	0,00%	3,16%	4,74%	2,63%	2,89%	6,58%	1,05%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48

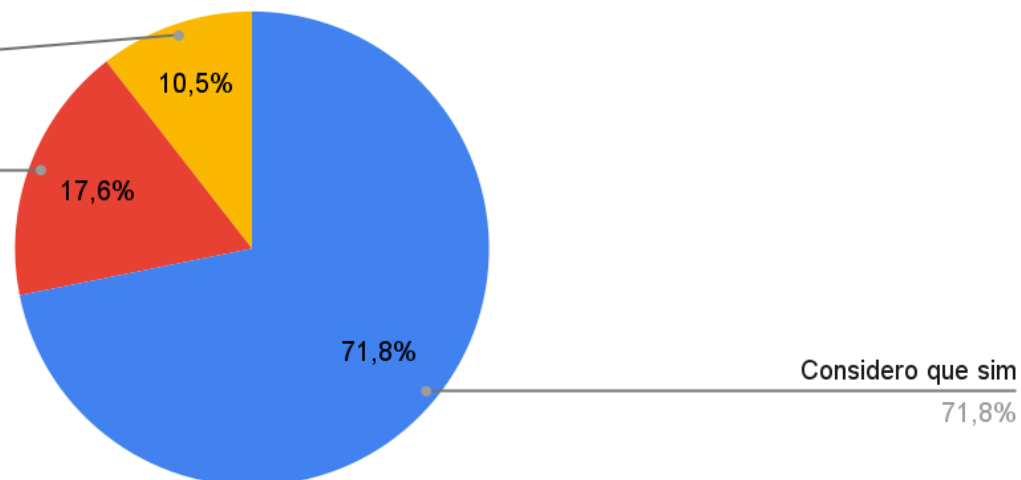
1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?

Considero que não

10,5%

Não opina

17,6%



Considero que sim

71,8%

No que se refere à igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos, os resultados evidenciam um cenário amplamente favorável, marcado por uma percepção majoritária de equidade, mas também por elementos que demandam atenção técnica e gestão contínua. O percentual de 71,84% dos respondentes que afirmam considerar existir igualdade de acesso indica que, para a maior parte da população, os mecanismos de ingresso, a disponibilidade de vagas e os critérios adotados pelo sistema educacional municipal são percebidos como justos e relativamente homogêneos entre diferentes grupos sociais e regiões do território. Essa avaliação positiva sugere a presença de políticas públicas eficazes, como a adequada distribuição das unidades escolares, critérios de matrícula claros, expansão da rede de ensino e, possivelmente, apoio logístico por meio de transporte escolar e ações de inclusão educacional.

Entretanto, a análise dos dados exige cautela ao considerar o contingente de 17,63% que optou por não opinar. Esse percentual é significativo e pode indicar ausência de informação suficiente, distanciamento do tema por não vivenciarem diretamente o processo de matrícula ou mesmo baixa transparência e comunicação institucional acerca das políticas de acesso à educação pública. Em termos analíticos, um índice elevado de não resposta tende a sinalizar a necessidade de maior clareza na divulgação das regras, dos fluxos de ingresso e das garantias de acesso, de modo que a população compreenda plenamente como se estrutura o sistema educacional municipal.

Por sua vez, os 10,53% que afirmam não haver igualdade de acesso, embora minoritários, representam um grupo relevante que aponta para a persistência de assimetrias no território. Essa percepção pode estar associada a fatores estruturais como desigual distribuição de vagas, superlotação em determinadas unidades, diferenças na qualidade da infraestrutura escolar, barreiras socioeconômicas enfrentadas por famílias em situação de vulnerabilidade ou dificuldades específicas no processo de matrícula em determinadas regiões. A existência desse grupo reforça a importância de análises territoriais e socioeconômicas mais detalhadas, capazes de identificar gargalos localizados e orientar políticas corretivas mais precisas.

De forma integrada, os resultados indicam que a percepção de equidade no acesso à educação pública é predominante, mas não homogênea. Os dados sugerem a necessidade de consolidar as políticas que sustentam essa avaliação positiva, ao mesmo tempo em que se ampliam ações de monitoramento, transparência e comunicação institucional, garantindo que o acesso às escolas públicas seja não apenas percebido como igualitário, mas efetivamente equitativo em todas as regiões e para todos os segmentos da população.

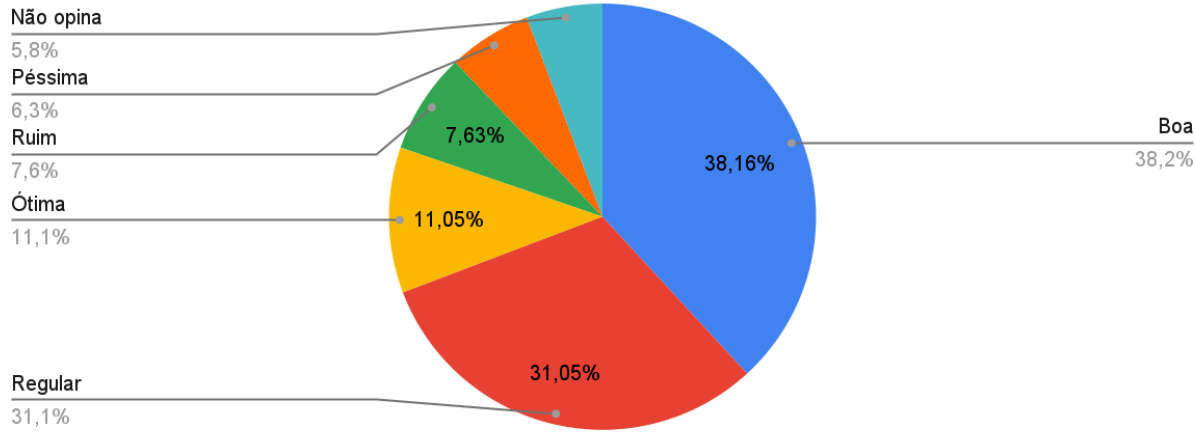
8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	38,16%	18,42%	19,47%	0,26%	13,95%	14,74%	9,47%	11,58%	21,32%	5,26%
Regular	31,05%	13,42%	17,37%	0,26%	13,42%	13,42%	4,21%	4,47%	22,63%	3,95%
Ótima	11,05%	5,79%	5,26%	0,00%	1,58%	5,26%	4,21%	5,53%	3,95%	1,58%
Ruim	7,63%	3,16%	4,47%	0,00%	2,11%	3,16%	2,37%	3,16%	4,21%	0,26%
Péssima	6,32%	3,16%	3,16%	0,00%	1,84%	3,16%	1,32%	3,42%	2,37%	0,53%
Não opina	5,79%	3,16%	2,63%	0,00%	2,63%	2,37%	0,79%	1,32%	3,42%	1,05%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48

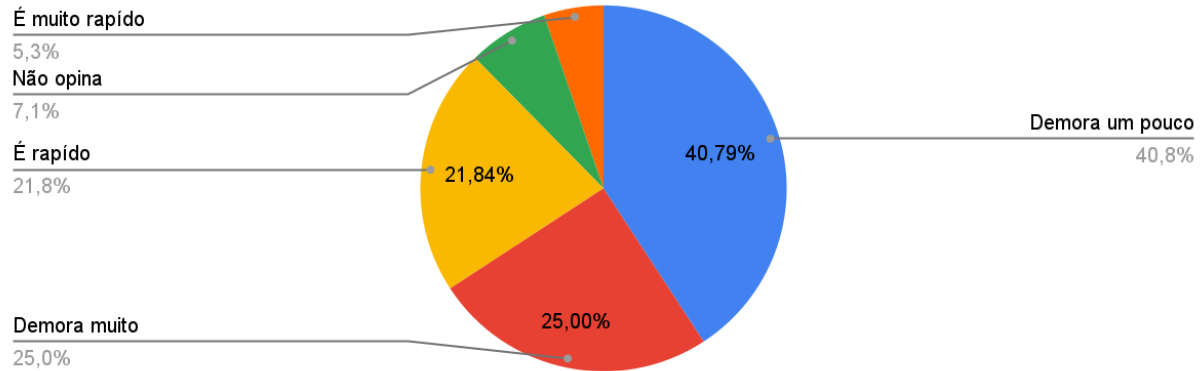
Tempo de espera da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora um pouco	40,79%	19,21%	21,32%	0,26%	15,79%	17,63%	7,37%	9,21%	25,53%	6,05%
Demora muito	25,00%	11,32%	13,42%	0,26%	8,42%	11,32%	5,26%	9,47%	13,16%	2,37%
É rápido	21,84%	11,05%	10,79%	0,00%	6,84%	8,42%	6,58%	6,84%	12,37%	2,63%
Não opina	7,11%	2,63%	4,47%	0,00%	3,42%	1,84%	1,84%	1,84%	4,21%	1,05%
É muito rápido	5,26%	2,89%	2,37%	0,00%	1,05%	2,89%	1,32%	2,11%	2,63%	0,53%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



No que se refere à qualidade do atendimento nos postos de saúde do município, os resultados revelam um cenário moderadamente positivo, porém caracterizado por elevada heterogeneidade na percepção dos usuários, o que indica desigualdade na experiência de atendimento entre unidades e contextos distintos. A maior parcela dos respondentes, 38,2%, classifica o atendimento como bom, sinalizando que, para esse grupo, os serviços apresentam funcionamento adequado, com níveis aceitáveis de acolhimento, organização e resolução das demandas básicas de saúde. Entretanto, o percentual expressivo de 31,1% que avalia o atendimento como regular evidencia a existência de limitações recorrentes, sugerindo inconsistências na padronização dos processos, variações na qualidade entre unidades, fragilidades na comunicação com os usuários e dificuldades relacionadas à capacidade operacional.

A avaliação ótima, indicada por apenas 11,1% dos entrevistados, demonstra que experiências de excelência ainda são restritas e não representam o padrão predominante da rede, o que aponta para a necessidade de ampliar boas práticas e replicar modelos de atendimento mais eficientes. Por outro lado, a soma das avaliações negativas, composta por 7,9% que classificam o atendimento como ruim e 6,3% como péssimo, totalizando 14,2%, revela a presença de problemas mais severos enfrentados por uma parcela significativa da população. Essas percepções podem estar associadas a gargalos estruturais, insuficiência de profissionais, sobrecarga das equipes, falhas no acolhimento inicial ou condições inadequadas de infraestrutura em determinadas unidades. O percentual de 5,8% de não opina indica possível distanciamento do serviço, ausência de uso recente ou falta de informações suficientes para avaliação. De forma geral, os dados apontam para um serviço funcional, porém ainda distante de um padrão homogêneo de qualidade, reforçando a necessidade de ações voltadas à padronização dos atendimentos, fortalecimento da gestão das unidades e qualificação contínua das equipes.

No que diz respeito ao tempo de espera para atendimento, os resultados evidenciam um quadro predominantemente crítico, no qual a percepção de demora é majoritária e revela fragilidades relevantes na organização e no fluxo dos serviços. O grupo mais numeroso, representando 40,8% dos respondentes, afirma que o atendimento demora um pouco, indicando que, embora a espera não seja considerada extrema, ela é sistematicamente percebida como superior ao ideal, possivelmente em função de alta demanda, limitação de equipes ou falhas na triagem e no agendamento. Esse cenário se agrava com os 25% que afirmam que o atendimento demora muito, revelando que um quarto da população enfrenta tempos de espera excessivos, o que sugere problemas estruturais mais profundos, como subdimensionamento de profissionais, concentração de atendimentos em determinados horários ou unidades e processos administrativos pouco eficientes.

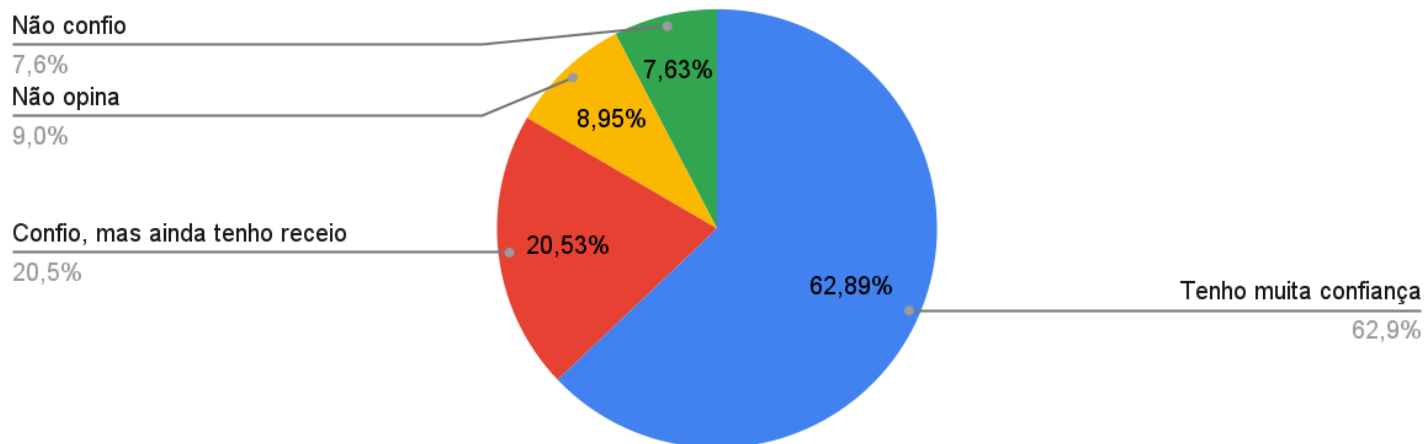
Em contrapartida, apenas 21,8% avaliam o atendimento como rápido e 5,3% como muito rápido, demonstrando que experiências de agilidade são minoritárias e provavelmente concentradas em situações específicas, não configurando um padrão generalizado da rede. O percentual de 7,1% de não opina pode indicar ausência de uso recente dos serviços ou insuficiência de vivência para avaliação consistente. No conjunto, a soma de 65,8% das

percepções que indicam algum grau de demora evidencia a necessidade urgente de intervenções estruturais e organizacionais, incluindo otimização dos fluxos internos, reforço das equipes, aprimoramento dos sistemas de agendamento e triagem, além de monitoramento contínuo dos tempos de espera. Tais medidas são fundamentais para reduzir a insatisfação dos usuários, aumentar a eficiência do sistema e promover maior equidade no acesso aos serviços de saúde municipal.

8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	62,89%	30,79%	32,11%	0,00%	21,58%	27,37%	13,95%	17,63%	37,11%	8,16%
Confio, mas ainda tenho receio	20,53%	9,21%	10,79%	0,53%	8,68%	8,16%	3,68%	6,84%	11,32%	2,37%
Não opina	8,95%	3,16%	5,79%	0,00%	2,89%	3,68%	2,37%	3,16%	5,00%	0,79%
Não confio	7,63%	3,95%	3,68%	0,00%	2,37%	2,89%	2,37%	1,84%	4,47%	1,32%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48

4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



No que se refere à confiança da população nas forças policiais do município, os resultados revelam um quadro moderadamente positivo, porém permeado por percepções de insegurança e por uma parcela significativa de desconfiança que merece atenção estratégica. O grupo majoritário, correspondente a 41,1%, declara ter ****muita confiança**** na atuação policial, indicando que uma parte relevante da população percebe a instituição como legítima, presente e capaz de exercer suas funções de proteção, prevenção e resposta às ocorrências de forma satisfatória. Esse percentual sugere experiências diretas ou indiretas positivas, associadas à visibilidade do policiamento, à sensação de ordem ou à resolutividade em situações cotidianas.

Somam-se a esse grupo os 35% que afirmam confiar, mas ainda com receio, compondo um total de 76,1% com algum nível de confiança. No entanto, esse segundo segmento expressa uma confiança condicionada, marcada por cautela e insegurança residual. Tal percepção pode estar relacionada à vivência de episódios de violência, à sensação de vulnerabilidade em determinados bairros, à irregularidade da presença policial ou à percepção de limitações operacionais e preventivas. Esse dado é particularmente relevante, pois indica que, embora a polícia seja reconhecida como necessária e relativamente eficaz, ainda não consegue gerar sensação plena e homogênea de segurança para uma parcela expressiva da população.

Por outro lado, 17,4% dos respondentes afirmam não confiar nas forças policiais, percentual que não pode ser considerado marginal. Esse grupo evidencia experiências ou percepções negativas mais consistentes, que podem estar associadas à ausência de policiamento em áreas específicas, à baixa resolutividade de ocorrências, a abordagens consideradas inadequadas ou à percepção de incapacidade institucional para prevenir crimes e garantir segurança contínua. A existência desse contingente revela fragilidades na relação entre a polícia e determinados segmentos sociais ou territórios do município.

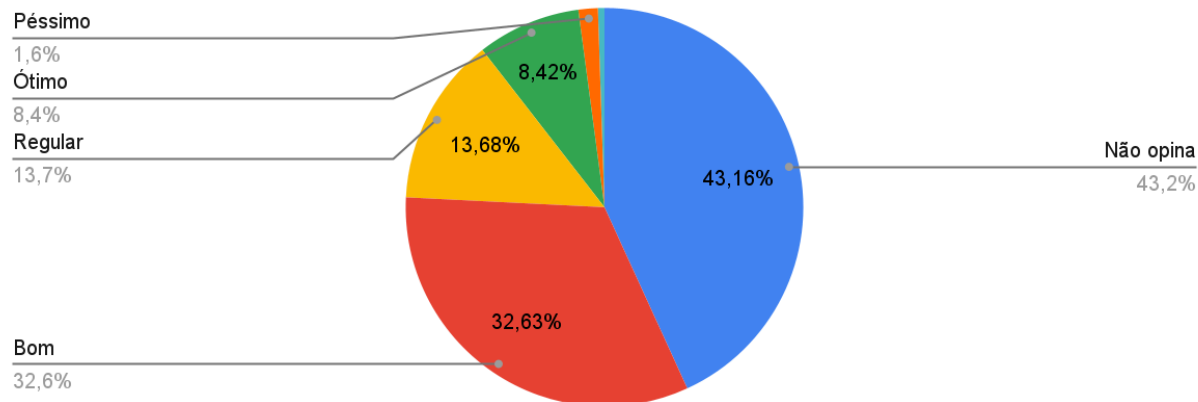
O percentual de 6,6% que não opina sugere distanciamento do tema, falta de contato direto com a atuação policial ou insuficiência de informações para formular julgamento, podendo também refletir descrença na efetividade da segurança pública ou baixa comunicação institucional sobre ações e resultados.

Em síntese, os dados indicam que a confiança nas forças policiais é predominante, mas não plenamente consolidada, convivendo com receios persistentes e com uma parcela relevante de descrédito. Esse cenário aponta para a necessidade de fortalecimento de estratégias de policiamento de proximidade, ampliação da presença territorial, melhoria da comunicação institucional, transparência nas ações e investimentos em prevenção, de modo a reduzir os receios existentes, reverter percepções negativas e construir uma sensação de segurança mais uniforme e sustentável em todo o município.

8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	43,16%	20,26%	22,89%	0,00%	15,26%	20,00%	7,89%	10,00%	27,11%	6,05%
Bom	32,63%	16,05%	16,32%	0,26%	11,58%	13,68%	7,37%	10,53%	17,89%	4,21%
Regular	13,68%	6,05%	7,37%	0,26%	5,26%	4,47%	3,95%	5,53%	7,11%	1,05%
Ótimo	8,42%	3,95%	4,47%	0,00%	3,16%	2,63%	2,63%	2,63%	4,74%	1,05%
Péssimo	1,58%	0,53%	1,05%	0,00%	0,26%	1,05%	0,26%	0,53%	0,79%	0,26%
Ruim	0,53%	0,26%	0,26%	0,00%	0,00%	0,26%	0,26%	0,26%	0,26%	0,00%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



No que se refere à avaliação dos serviços prestados pelo CRAS e CREAS, os resultados evidenciam um cenário caracterizado por elevada assimetria informacional e alcance limitado junto à população em geral. O percentual expressivo de 43,2% de respondentes que não opinaram indica que quase metade dos entrevistados não possui conhecimento suficiente ou contato direto com esses equipamentos da política de assistência social. Esse dado sugere baixa visibilidade institucional, fragilidades nos canais de comunicação com a comunidade e possível concentração do atendimento em públicos específicos, sobretudo famílias em situação de vulnerabilidade, o que reduz a percepção social mais ampla sobre o papel e a importância desses serviços.

Entre os respondentes que realizaram a avaliação, observa-se predominância de percepções favoráveis. As avaliações classificadas como “Bom” (32,6%) e “Ótimo” (8,4%) somam 41% de aprovação, indicando que, para os usuários efetivos ou para aqueles que conhecem o funcionamento dos serviços, há reconhecimento de práticas adequadas de acolhimento, acompanhamento sociofamiliar, orientação e encaminhamento para outras políticas públicas. Esses resultados apontam para uma atuação tecnicamente satisfatória no atendimento das demandas socioassistenciais.

Por outro lado, 13,7% avaliam os serviços como “Regular”, o que sinaliza a existência de limitações percebidas, possivelmente relacionadas à capacidade operacional, à disponibilidade de profissionais, à periodicidade dos atendimentos ou à articulação intersetorial com outras políticas públicas. Embora não configurem rejeição direta, essas avaliações indicam espaço para aprimoramento na qualidade e na consistência do atendimento ofertado.

As avaliações negativas são pouco expressivas, com 1,6% classificando o serviço como “Péssimo”, mas, ainda que minoritárias, revelam experiências de insatisfação mais intensa que podem estar associadas a falhas pontuais no acolhimento, demora no atendimento de demandas específicas ou desigualdades territoriais na oferta dos serviços.

Em síntese, os dados demonstram que o CRAS e o CREAS são bem avaliados entre aqueles que os utilizam ou conhecem, porém permanecem pouco visíveis para uma parcela significativa da população. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer estratégias de comunicação institucional, ampliar ações de divulgação e busca ativa, intensificar a presença territorial dos serviços e reduzir barreiras de acesso, de modo a ampliar o conhecimento, a utilização e o reconhecimento social da política de assistência social no município.

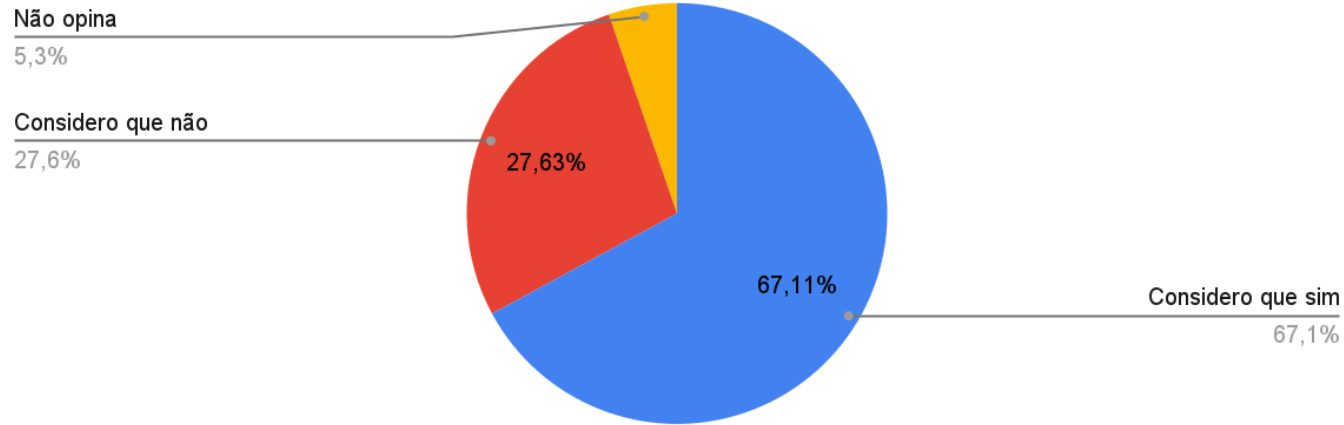
8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	67,11%	28,95%	37,63%	0,53%	26,05%	25,26%	15,79%	20,26%	39,47%	7,37%
Considero que não	27,63%	15,26%	12,37%	0,00%	7,63%	13,95%	6,05%	7,63%	16,32%	3,68%
Não opina	5,26%	2,89%	2,37%	0,00%	1,84%	2,89%	0,53%	1,58%	2,11%	1,58%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48

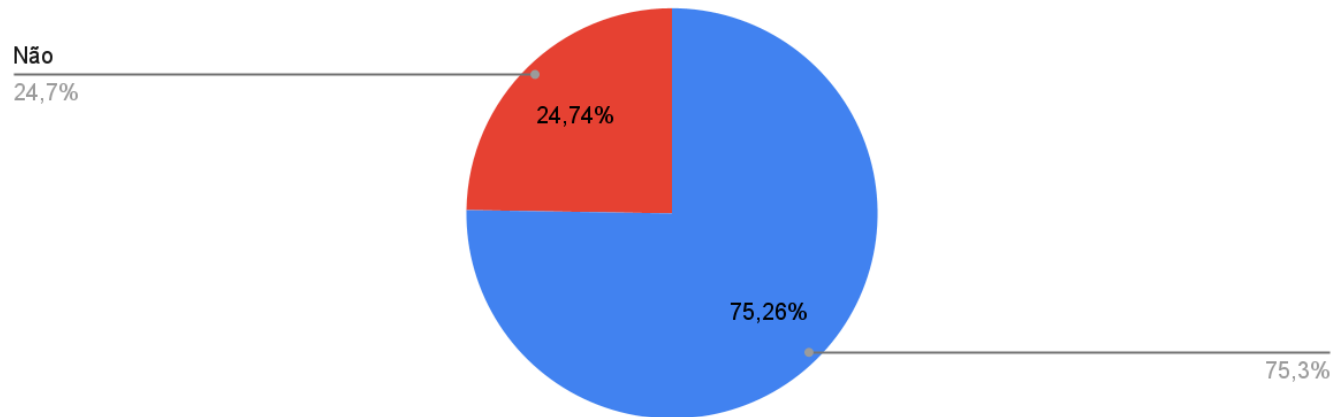
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	75,26%	35,00%	39,74%	0,53%	25,53%	33,42%	16,32%	24,21%	40,79%	10,26%
Sim	24,74%	12,11%	12,63%	0,00%	10,00%	8,68%	6,05%	5,26%	17,11%	2,37%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



No que se refere à percepção sobre a existência de oportunidades de trabalho suficientes no município, os dados evidenciam um cenário predominantemente favorável, embora marcado por desigualdades relevantes. O percentual de 67,1% dos respondentes que afirmam considerar existir oportunidades suficientes indica que, para a maioria da população, o mercado de trabalho local apresenta capacidade razoável de absorção da força de trabalho. Essa percepção pode estar associada ao dinamismo de determinados setores econômicos, à presença de atividades comerciais e de serviços em expansão, à oferta de ocupações informais ou formais e, possivelmente, à circulação de investimentos que geram postos de trabalho em áreas específicas do município.

Entretanto, a proporção de 27,6% que considera não haver oportunidades suficientes não pode ser interpretada como residual, pois representa mais de um quarto dos entrevistados. Esse grupo revela a existência de segmentos que enfrentam dificuldades concretas de inserção no mercado de trabalho, possivelmente relacionadas ao desemprego estrutural, inadequação entre qualificação profissional e exigências das vagas disponíveis, baixa diversificação da base econômica local ou concentração das oportunidades em determinados territórios e perfis profissionais. A coexistência dessas percepções sugere que, embora haja oferta de trabalho, ela não se distribui de forma homogênea, o que gera experiências desiguais entre diferentes grupos sociais, faixas etárias e níveis de escolaridade. Já os 5,3% que não opinaram podem indicar indivíduos momentaneamente afastados do mercado de trabalho, desinformados sobre a dinâmica local de empregos ou sem vivência recente de busca por ocupação. No conjunto, os dados apontam para um ambiente relativamente favorável, mas que ainda demanda políticas voltadas à ampliação da inclusão produtiva, ao fortalecimento da qualificação profissional e à redução das barreiras de acesso ao emprego para grupos mais vulneráveis.

No que diz respeito aos programas de capacitação profissional oferecidos pelo município, a percepção da população é majoritariamente negativa, revelando fragilidades importantes na política de qualificação. O elevado percentual de 75,3% dos respondentes que afirmam que esses programas não são suficientes indica que a maioria da população não reconhece a existência, a abrangência ou a efetividade das ações de capacitação municipal. Esse resultado pode refletir tanto a insuficiência objetiva da oferta de cursos quanto falhas significativas na divulgação, na acessibilidade territorial, na compatibilidade dos horários ou no alinhamento dos conteúdos formativos com as demandas reais do mercado de trabalho local.

Além disso, essa percepção sugere que, mesmo quando existem iniciativas de capacitação, elas podem estar concentradas em públicos específicos, possuir alcance restrito ou apresentar baixa continuidade, o que limita seu impacto sobre a empregabilidade e o desenvolvimento econômico. Em contraste, os 24,7% que responderam positivamente indicam a existência de um grupo minoritário que reconhece ou já teve contato com essas ações, possivelmente por

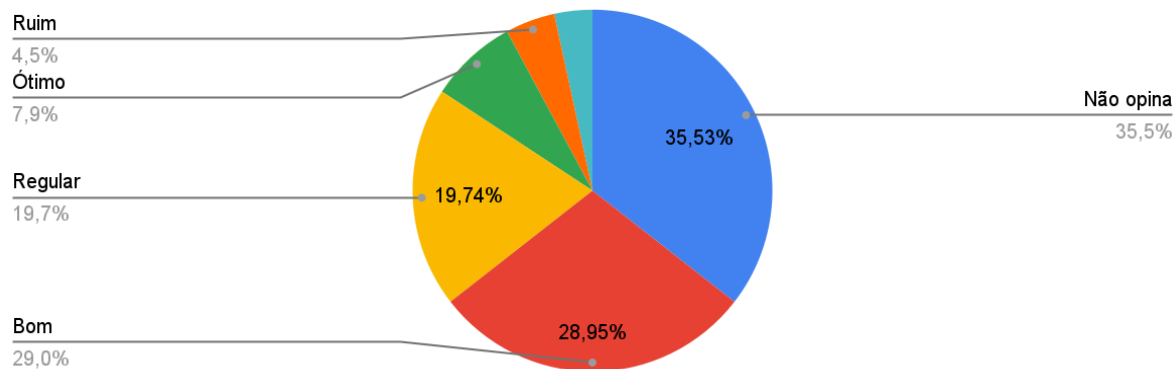
estar mais próximo dos canais institucionais, de equipamentos públicos ou de programas específicos ofertados em determinados períodos. A diferença expressiva entre os dois grupos evidencia uma assimetria no acesso à informação e aos próprios serviços de capacitação.

Em síntese, os dados revelam que, apesar de uma percepção relativamente positiva quanto à existência de oportunidades de trabalho, há uma fragilidade significativa na política municipal de capacitação profissional, ao menos do ponto de vista da população. Esse cenário reforça a necessidade de revisão e fortalecimento das estratégias adotadas, com ampliação da oferta de cursos, maior aderência às demandas do setor produtivo, descentralização territorial das ações, fortalecimento da comunicação institucional e implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação que assegurem maior efetividade, alcance social e reconhecimento público das iniciativas de qualificação profissional.

8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	35,53%	19,21%	15,79%	0,53%	14,47%	12,63%	8,42%	11,05%	20,00%	4,47%
Bom	28,95%	13,16%	15,79%	0,00%	10,26%	12,63%	6,05%	9,74%	15,79%	3,42%
Regular	19,74%	7,37%	12,37%	0,00%	5,00%	10,26%	4,47%	5,00%	12,37%	2,37%
Ótimo	7,89%	4,47%	3,42%	0,00%	3,68%	2,63%	1,58%	1,84%	5,26%	0,79%
Ruim	4,47%	1,58%	2,89%	0,00%	1,58%	2,37%	0,53%	1,05%	2,63%	0,79%
Péssimo	3,42%	1,32%	2,11%	0,00%	0,53%	1,58%	1,32%	0,79%	1,84%	0,79%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



A avaliação sobre o acesso ao transporte público no município evidencia um cenário heterogêneo e marcado por contrastes relevantes entre os diferentes grupos da população, refletindo tanto percepções positivas quanto limitações estruturais e informacionais. O percentual elevado de 35,5% de respostas “não opina” constitui um dado estratégico, pois indica que mais de um terço dos entrevistados não utiliza o transporte público com regularidade, não dispõe de informações suficientes para avaliá-lo ou encontra-se afastado das rotas e serviços existentes. Esse contingente pode estar associado à baixa cobertura territorial do sistema, à predominância do transporte individual em determinados segmentos, à inexistência de linhas em áreas periféricas ou à fragilidade na comunicação institucional sobre itinerários, horários e possibilidades de uso do serviço.

Entre os respondentes que possuem experiência ou conhecimento do sistema, observa-se um predomínio relativo de avaliações favoráveis. A soma das percepções “Bom” (29%) e “Ótimo” (7,9%) totaliza 36,9%, indicando que cerca de um terço da população reconhece condições adequadas de acesso, possivelmente relacionadas à existência de linhas funcionais, frequência aceitável, atendimento de demandas básicas de deslocamento e integração mínima entre áreas estratégicas do município. Ainda assim, esse percentual não configura maioria absoluta, o que sinaliza que a qualidade percebida não é homogênea nem suficientemente consolidada para gerar avaliação amplamente positiva.

A classificação “Regular”, com 19,7%, representa um grupo expressivo que identifica o serviço como funcional, porém limitado. Essa percepção intermediária sugere problemas recorrentes, como intervalos prolongados entre veículos, superlotação em horários de pico, baixa integração entre bairros, dificuldades de previsibilidade dos horários ou inadequação das rotas às necessidades reais da população. Esse dado reforça a hipótese de inconsistência operacional e de variações significativas na qualidade do serviço conforme a região, o período do dia ou o perfil do usuário.

As avaliações negativas, somando 7,9% entre “Ruim” (4,5%) e “Péssimo” (3,4%), embora minoritárias, são indicativas de situações mais críticas e não devem ser desconsideradas. Esse grupo provavelmente enfrenta restrições severas de acesso, como ausência de linhas regulares, horários incompatíveis com rotinas de trabalho e estudo, frota insuficiente ou obsoleta, baixa acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e percepção de insegurança. Tais experiências tendem a se concentrar em áreas mais afastadas ou socialmente vulneráveis, reforçando desigualdades territoriais no acesso ao transporte coletivo.

De forma integrada, os dados revelam que o transporte público no município apresenta desempenho razoável para uma parcela dos usuários, mas ainda carece de maior abrangência, regularidade e padronização da qualidade. A elevada proporção de não resposta, associada às avaliações regulares e negativas, aponta para a necessidade de políticas públicas focadas na ampliação da cobertura territorial, melhoria da frequência e confiabilidade do serviço, modernização e adequação da frota, fortalecimento da acessibilidade universal e intensificação das estratégias de comunicação com a população. Essas



Serpes - *Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.*

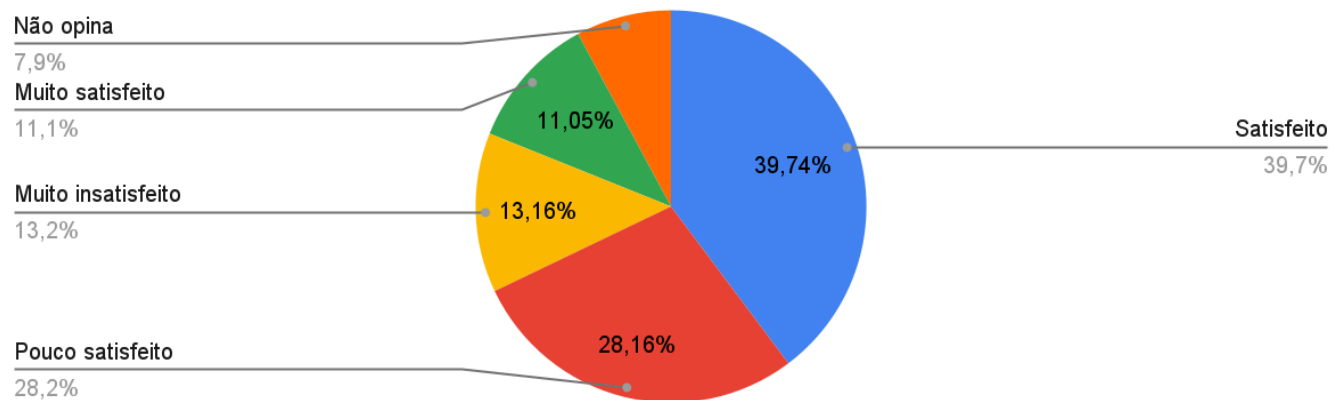
Rua 91 nº. 494 - Setor Sul - Fone/Fax: (62) 32.18-14.12 - C.E.P.: 74.083.150 - Goiânia - Goiás
CGC: 02678167/0001-31 - www.serpes.com.br e-mail serpes@serpes.com.br

medidas são fundamentais para reduzir assimetrias, ampliar o uso do transporte coletivo e fortalecer a percepção de acessibilidade e mobilidade urbana como direito efetivamente garantido no município.

8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Satisfeito	39,74%	17,63%	21,84%	0,26%	17,11%	15,79%	6,84%	11,05%	24,74%	3,95%
Pouco satisfeito	28,16%	11,84%	16,05%	0,26%	9,74%	10,53%	7,89%	8,68%	14,74%	4,74%
Muito insatisfeito	13,16%	7,89%	5,26%	0,00%	4,21%	7,89%	1,05%	3,16%	7,37%	2,63%
Muito satisfeito	11,05%	5,53%	5,53%	0,00%	2,89%	4,47%	3,68%	3,16%	6,58%	1,32%
Não opina	7,89%	4,21%	3,68%	0,00%	1,58%	3,42%	2,89%	3,42%	4,47%	0,00%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A percepção da população em relação às áreas verdes do município revela um cenário predominantemente positivo, porém marcado por contrastes que evidenciam desigualdades na distribuição territorial, no nível de conservação e no acesso a esses espaços. A maior parcela dos respondentes, correspondente a 39,7%, declara-se satisfeita, indicando que uma parte significativa da população reconhece condições adequadas de manutenção, disponibilidade e funcionalidade de praças, parques e jardins. Esse resultado sugere que, para esse grupo, as áreas verdes cumprem de forma satisfatória seu papel como espaços de lazer, convivência social e promoção da qualidade ambiental e do bem-estar coletivo.

A soma das avaliações mais favoráveis, muito satisfeito (13,2%) e satisfeito (39,7%), totalizando 52,9%, demonstra que mais da metade dos participantes apresenta uma percepção positiva sobre as áreas verdes do município. Esse desempenho pode estar associado à existência de espaços públicos bem cuidados, iniciativas recentes de revitalização urbana, presença de arborização adequada e oferta de equipamentos que favorecem o uso comunitário, como áreas de caminhada, playgrounds e espaços de convivência.

Por outro lado, o percentual de 28,2% de respondentes pouco satisfeitos revela um contingente expressivo que identifica limitações relevantes, ainda que não caracterize uma avaliação totalmente negativa. Essa percepção intermediária pode estar relacionada à falta de manutenção contínua, iluminação insuficiente, sensação de insegurança, distribuição desigual das áreas verdes entre os bairros ou carência de infraestrutura básica que estimule o uso regular desses espaços. Esses fatores indicam a existência de fragilidades na gestão e na padronização da qualidade das áreas verdes no território municipal.

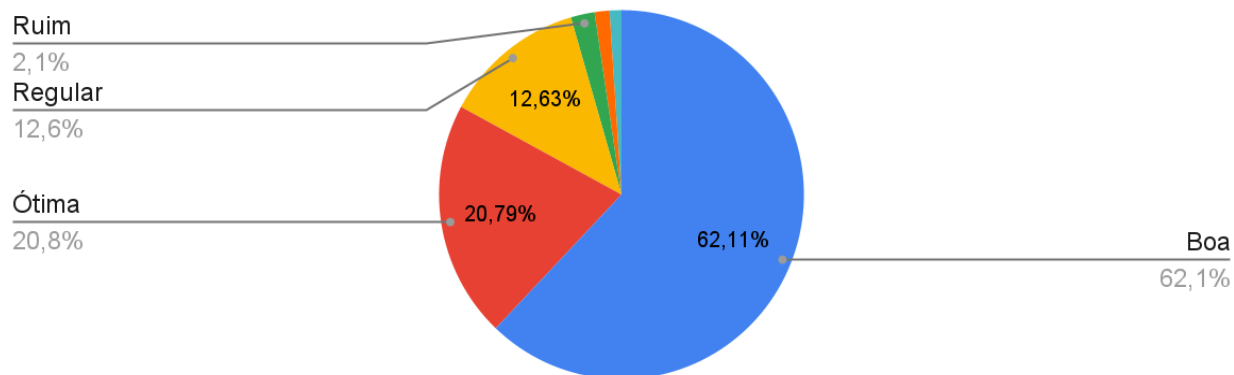
As avaliações mais críticas, representadas pelos 11,1% de muito insatisfeitos, apontam para uma parcela significativa da população que vivencia problemas mais severos. Esse resultado reforça a hipótese de disparidades territoriais acentuadas, abandono ou degradação de espaços públicos, baixa arborização urbana ou inexistência de áreas verdes adequadas em determinadas regiões, especialmente nas áreas periféricas. Esse dado constitui um alerta relevante para o planejamento urbano e ambiental, indicando a necessidade de intervenções mais estruturais e direcionadas.

Por fim, os 7,9% que não opinaram podem refletir desconhecimento, uso pouco frequente ou ausência de áreas verdes próximas às residências desses respondentes. Esse contingente pode estar associado a barreiras de acesso, distanciamento geográfico ou oferta insuficiente de espaços públicos, o que limita a apropriação desses ambientes pela população. De forma consolidada, os resultados indicam que, embora exista uma percepção geral favorável sobre as áreas verdes do município, permanece um número expressivo de munícipes que identificam fragilidades e desigualdades. Esse cenário reforça a necessidade de intensificar ações de manutenção contínua, revitalização de espaços degradados, ampliação da cobertura de áreas verdes em regiões deficitárias, melhoria da segurança e estímulo ao uso comunitário, de modo a fortalecer a qualidade ambiental urbana e promover uma percepção mais equilibrada e positiva desses espaços em todo o município.

8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	62,11%	29,74%	31,84%	0,53%	22,11%	25,00%	15,00%	21,84%	36,58%	3,68%
Ótima	20,79%	10,26%	10,53%	0,00%	7,89%	7,89%	5,00%	3,95%	12,63%	4,21%
Regular	12,63%	5,26%	7,37%	0,00%	4,21%	6,58%	1,84%	2,89%	5,79%	3,95%
Ruim	2,11%	1,32%	0,79%	0,00%	0,53%	1,32%	0,26%	0,00%	1,32%	0,79%
Péssima	1,32%	0,00%	1,32%	0,00%	0,26%	0,79%	0,26%	0,79%	0,53%	0,00%
Não opina	1,05%	0,53%	0,53%	0,00%	0,53%	0,53%	0,00%	0,00%	1,05%	0,00%
Total geral	100,00%	47,11%	52,37%	0,53%	35,53%	42,11%	22,37%	29,47%	57,89%	12,63%
Bases (entrevistados)	380	179	199	2	135	160	85	112	220	48

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



A avaliação da coleta de lixo domiciliar no município revela um cenário amplamente positivo, marcado por percepção de eficiência, regularidade e confiabilidade do serviço. A maior parcela dos entrevistados, 62,1%, classificou a coleta como boa, indicando que, na rotina da maioria das residências, o serviço atende de forma consistente às expectativas em termos de frequência, pontualidade e qualidade operacional. Esse percentual demonstra que o funcionamento da coleta é percebido como estável e bem estruturado. Somando-se os que avaliaram como ótima (20,8%), chega-se a 82,9% de aprovação, evidenciando não apenas satisfação, mas também confiança na continuidade e previsibilidade do serviço. Tal percepção pode estar associada à cobertura territorial adequada, logística eficiente, rotinas consolidadas e resultados visíveis em termos de limpeza urbana.

Em contrapartida, 12,6% classificaram o serviço como regular, indicando que, embora funcione, existem falhas pontuais que impactam a qualidade percebida. Esse grupo pode estar vivenciando situações como variações na frequência de coleta, atrasos ocasionais, rotas menos contempladas ou inconsistências operacionais em determinadas regiões. Ainda que não represente insatisfação generalizada, evidencia a necessidade de atenção contínua para garantir uniformidade do serviço.

As avaliações negativas, reunindo ruim (2,1%) e péssima (1,3%), totalizando 3,4%, representam um contingente pequeno, mas relevante, que aponta para problemas mais graves em localidades específicas. Esses casos podem estar relacionados a bairros de difícil acesso, falhas estruturais na cobertura das rotas, atrasos recorrentes, falta de comunicação sobre horários ou insuficiência operacional em determinadas áreas.

De forma consolidada, os dados indicam que o serviço de coleta de lixo é altamente aprovado e funcional para a grande maioria da população. Ao mesmo tempo, a parcela que avalia como regular ou negativa evidencia a importância de manter monitoramento contínuo, ajustes operacionais e investimentos estratégicos, garantindo que a qualidade percebida seja homogênea em todo o município, reduzindo desigualdades territoriais e consolidando a excelência já reconhecida pelos índices majoritários.

9. Conclusão

A análise consolidada dos indicadores revela um panorama multifacetado sobre a percepção da população em relação aos serviços públicos municipais, evidenciando avanços significativos, mas também desafios estruturais que demandam atenção contínua. No âmbito da educação, a forte percepção de equidade no acesso às escolas públicas (71,84%) indica reconhecimento generalizado de políticas inclusivas, ainda que a presença de um contingente expressivo de indecisos (17,63%) e de percepções negativas (10,53%) destaque a importância de aprofundar estratégias de transparência, ampliar informações à população e reduzir possíveis desigualdades territoriais. Essa necessidade de comunicação clara e de revisão estrutural também se manifesta em outros setores analisados.

Na saúde, o desempenho dos postos apresenta avaliações predominantemente moderadas, com concentração entre “Boa” (38,2%) e “Regular” (31,1%), revelando funcionalidade, porém sem excelência, além de variabilidade relevante entre unidades. O tempo de espera, por sua vez, constitui um ponto crítico: 65,8% percebem demora, configurando um gargalo operacional que limita a eficiência do sistema e impacta diretamente a satisfação do usuário. Esses resultados reforçam a urgência de intervenções como reorganização de fluxos, otimização de equipes, fortalecimento da triagem e modernização das práticas de atendimento.

A percepção sobre os serviços socioassistenciais (CRAS/CREAS) evidencia assimetria informacional significativa, com 43,2% de “não opina”, sugerindo baixa visibilidade institucional e acesso restrito aos públicos diretamente atendidos. Ainda assim, entre quem utiliza ou conhece o serviço, 41% avaliam positivamente, demonstrando qualidade percebida, mas também indicando necessidade de ampliar o alcance, territorializar ações e reduzir barreiras de comunicação e acesso.

No campo econômico, os resultados apresentam um duplo movimento: enquanto 67,1% percebem oferta adequada de oportunidades de trabalho, revelando dinamismo em setores produtivos específicos, 27,6% apontam insuficiência, o que sugere desigualdades no acesso às ocupações e possível descompasso entre oferta e qualificação. Essa percepção é reforçada pela avaliação amplamente negativa sobre programas de capacitação profissional, considerados insuficientes por 75,3% dos respondentes, um indicativo claro de lacunas nas políticas de formação, alinhamento com o mercado e divulgação das iniciativas existentes.

A mobilidade urbana demonstra equilíbrio entre avaliações positivas e regulares, mas a elevada taxa de “não opina” (35,5%) sugere um sistema que não alcança parcela considerável da população, seja por limitações na cobertura territorial, seja por baixa dependência do modal. Entre os usuários, as percepções variam entre níveis satisfatórios e limitações operacionais importantes, reforçando a necessidade de ampliar rotas, melhorar a frequência e padronizar a oferta.

As áreas verdes se destacam como um ponto de maior aprovação, com 52,9% expressando satisfação, mas ainda acompanhadas de 28,2% de avaliações intermediárias e 11,1% de insatisfações intensas, o que sugere desigualdade territorial na qualidade desses espaços e a necessidade de ações mais homogêneas de manutenção, segurança e revitalização.

A coleta de lixo, por sua vez, apresenta o desempenho mais robusto dentre os serviços analisados, com 82,9% de aprovação e baixíssimo índice de insatisfação (3,4%). Esses dados indicam eficiência consolidada e percepção de alta qualidade, embora os 12,6% que classificam como “regular” apontem bolsões específicos que ainda requerem monitoramento.

Por fim, a confiança nas forças policiais demonstra predominância de percepções positivas, com 53,6% expressando “muita confiança” e mais 24,4% indicando confiança com ressalvas, totalizando 78% de aprovação parcial ou total. Ainda assim, a presença de receios e de 13,3% de desconfiança explícita reforça a importância de estratégias de policiamento comunitário, visibilidade das operações e fortalecimento da relação entre segurança pública e comunidade.

Em síntese, o conjunto das análises demonstra que o município apresenta desempenho satisfatório em áreas estratégicas, especialmente coleta de lixo, áreas verdes, segurança pública e percepção de equidade educacional, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios significativos em setores como saúde (especialmente tempo de espera), capacitação profissional, assistência social e mobilidade urbana. Os resultados indicam avanços consistentes, mas também evidenciam a necessidade de políticas públicas integradas, territorializadas e orientadas por dados, capazes de reduzir desigualdades, elevar a eficiência dos serviços e ampliar a confiança da população nas diversas esferas de gestão pública.